



## **A EVOLUÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO RIO GRANDE DO SUL PELA PERSPECTIVA DOS POLOS DE CRESCIMENTO. Uma análise da espacialidade das Instituições de Ensino Superior gaúchas entre a década de 1960 e 2018**

### **Autores:**

Joseli Andrades Maia - UFRGS - joseli.geo@gmail.com

Tânia Marques Strohaecker - UFRGS - tania.strohaecker@ufrgs.br

### **Resumo:**

Desde a sua criação, a função das Instituições de Ensino Superior (IES) tem evoluído: de uma instituição de ensino formal a uma agente criadora e modeladora de espaços. Como um espaço de produção científica, a IES também pode atrair a população não acadêmica para o seu entorno, auxiliando na produção e orientação do uso do solo no qual está inserida. Logo, a relação cidade e universidade tem ganhado cada vez mais atenção no cenário urbano e regional. A presente pesquisa está fundamentada na Teoria dos Polos de Crescimento, dada a aglutinação de atividades econômicas baseadas na capacidade de atração, influência e polarização de equipamentos em uma determinada localidade, dinamizando a economia e o desenvolvimento social no seu entorno. Para tal, objetivou-se analisar a expansão geográfica das IES no Rio Grande do Sul, para identificá-las como polos de crescimento externos à Porto Alegre, por meio do mapeamento de todas as 273 instituições gaúchas, criadas entre 1960 e 2018.

# **A EVOLUÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO RIO GRANDE DO SUL PELA PERSPECTIVA DOS POLOS DE CRESCIMENTO**

Uma análise da espacialidade das Instituições de Ensino Superior gaúchas entre a década de 1960 e 2018

## **INTRODUÇÃO**

Desde a sua criação, a função das Instituições de Ensino Superior (IES) tem evoluído: de uma instituição de ensino formal a uma agente criadora e modeladora de espaços. Como um espaço de produção do pensamento científico, a IES também pode atrair a população não acadêmica para o seu entorno, auxiliando na produção e orientação do uso do solo no qual está inserida, como por exemplo, na mobilidade urbana, na geração de fontes de trabalho e na especulação imobiliária.

A relação cidade e universidade tem ganhado cada vez mais atenção no cenário econômico e imobiliário urbano, dado o seu alcance na tomada de decisões junto ao planejamento urbano. A busca pela cidade é um fenômeno crescente e iniciou no país em meados dos anos 1950, onde atrativos ligados ao trabalho e renda incentivaram boa parte da população nesse processo. Portanto, a cidade se constituiu como um mosaico de diferentes ações ao longo do tempo e uma dessas relações são as ocupações populacionais no entorno das IES, que vem ganhando destaque nesse processo.

A partir da segunda metade do século XX o Brasil vivenciou o início de um período marcado por grandes transformações em suas bases econômicas e sociais, oriundas do processo de industrialização no país, principalmente nas regiões Sudeste e Sul. Como resultado, as cidades ganharam novos significados e a expansão da urbanização foi acompanhada pelo processo de migração de parte significativa da população em busca de trabalho e melhores condições de vida.

Para tal, a presente pesquisa tem como objetivo *Analisar a expansão geográfica das Instituições de Ensino Superior no Rio Grande do Sul, para identificá-las como polos de crescimento externos à Porto Alegre*, por meio do mapeamento de todas as Instituições de Ensino Superior do estado.

## A UNIVERSIDADE COMO A BASE DO DESENVOLVIMENTO LOCAL

A Universidade, seja ela pública ou privada, possui como uma de suas características a atração por parte da população para o seu entorno, impulsionando a urbanização através do estabelecimento de serviços de infraestrutura pública em suas proximidades, como forma de intensa relação entre a universidade e a cidade: “A todo espaço urbano que se agrega valor se agregará também a tudo o que o circunda, diferente não seria com a Universidade” (LIMA, et al., 2014, s/p).

De uma instituição de ensino formal a uma agente criadora e modeladora de espaços dentro de uma escala já estabelecida: a cidade. Essa é também uma função apropriada pela universidade ao longo dos anos. Como um espaço de produção do pensamento científico, a universidade também pode ser um espaço de atração da população não universitária para o seu entorno, auxiliando na produção e orientação do uso do solo urbano no qual está inserida, por meio de contribuições que uma instituição desse porte pode trazer à cidade.

Tal relação contribui para a integração da população não universitária, tais como mobilidade urbana, pavimentação de ruas, rede elétrica, abastecimento de água, esgotamento sanitário, serviços de telefonia, expansão do comércio e residencial, levando ao adensamento populacional e à expansão da urbanização em suas mediações.

Um campus é especialmente definido pelo conjunto dado de edificações destinadas ao ensino superior, somado aos seus equipamentos e aos serviços que em função de sua presença lhe são agregados naturalmente. Esta definição confere ao campus um caráter de continente, ou seja, de conter todos os elementos que formam a universidade oficialmente e, naturalmente, incluem-se aqui as edificações, ruas, praças e equipamentos urbanos que, mesmo não vinculados à universidade, encontram-se dentro de seus entornos, ou seja, em seu campus. (FERNANDES, 1974, p. 72 apud SCHLEE, 2003, p. 02-03).

Portanto, além de gerar conhecimento e qualificação, uma IES também permite a integração com a população não acadêmica, por meio de sua função de agente estruturador do espaço urbano, intensificando a sua relação com a sociedade no seu entorno ao atrair equipamentos públicos e privados que modelam o espaço em prol de suas atividades. Desse modo, a universidade é uma instituição que agrega valor imobiliário, pois atrai a população, impulsionando a urbanização.

## TEORIA DOS POLOS DE CRESCIMENTO

A Teoria dos Polos de Crescimento foi tratada por François Perroux pela primeira vez em 1965, e logo adaptada ao planejamento urbano (FRIEDMANN, 1975), por meio da propagação do desenvolvimento através do crescimento irregular em polos localizados, específicos, em detrimento de outros (DAMBORIARENA, 2015).

Segundo essa teoria, os polos de crescimento são desenvolvidos por meio da aglutinação de atividades econômicas baseadas na capacidade de atração, influência e polarização de equipamentos em uma dada localidade que combinam o seu trabalho ao desenvolvimento do seu entorno, no qual “l'existence d'une unité motrice (ou ensembles d'unités motrices), qui produit des effets d'enchaînement (linkages) sur les autres activités distribuées dans un même espace géographique”<sup>1</sup> (LIMA, 2005a, p. 163).

Geograficamente, os polos de crescimento são considerados centros para criação e difusão espacial de inovações. Por conseguinte, os polos de crescimento: 1) dão origem a mudanças; 2) introduzem estas mudanças no sistema econômico, no espaço geográfico que elas dominam, e 3) transformam a estrutura espacial das atividades nos respectivos sistemas (FRIEDMANN, 1975, p. 33).

Utilizando-se como marco teórico os *polos de crescimento*, considera-se nesse estudo esses como áreas econômicas que influenciam no ritmo e no crescimento econômico da região no qual se encontram. Segundo Perroux, Friedmann e Tinbergen (1975, p. 07), tal crescimento “não aparece em toda a parte ao mesmo tempo; manifesta-se em pontos ou polos de crescimento, com intensidade variável”.

Desse modo, considera-se o conceito do polo de crescimento com a presença de uma Instituição de Ensino Superior, dado o fenômeno de aglutinação de funções no entorno desse tipo de instituição, que proporciona a combinação de atributos ao desenvolvimento da região no qual se encontra, como estímulo econômico para a profusão de serviços públicos e privados, assim como o adensamento demográfico nas suas imediações. Para alguns autores, além da formação de mão de obra qualificada, as IES contribuem para:

[A] geração de um conjunto de saberes multiplicadores de produtos técnicos, tecnologias, se constituindo numa espiral de ciclo da produção científica. Além disso, dinamizam as economias locais pelos investimentos que atraem, conduzindo, muitas vezes, à especialização dos lugares (OLIVEIRA JÚNIOR, 2014, p. 11, apud DAMBORIARENA, 2015, p. 24).

É importante ressaltar que, para o conceito de polos de crescimento, uma IES possui a capacidade da polarização. Além dos já mencionados recursos atraídos para o seu entorno,

---

<sup>1</sup> “a existência de uma unidade motora (ou conjuntos de unidades motoras), que produz efeitos de ligação em outras atividades distribuídas na mesma área geográfica” (LIMA, 2005a, p. 163, tradução das autoras).

esse tipo de instituição estimula a criação e o desenvolvimento de inovações tecnológicas e de recursos humanos, capazes de fornecer atributos para a sociedade, por meio da pesquisa científica, da geração de conhecimento e da informação.

La città é il luogo deputato alla produzione e alla fruizione di conoscenza e di cultura. L'università è il luogo dove confluiscano risorse umane qualificate, idee e innovazioni, dove è presente, in genere, un'elevata apertura Internazionale e questo favorisce il transito di informazioni, conoscenza e saperi<sup>2</sup> (DILorenzo e Stefani, 2015, p. 05).

Outra característica dessa polarização é o potencial de atender às demandas que extrapolam o seu domínio direto. Quando o poder da IES se estende para além do território no qual está localizada, significa que o domínio desse polo sobre o sistema é relativo, ganhando novos espaços por meio do seu poder centralizador. Morche (2013) nomeia essa necessidade como *"sociedade do conhecimento"*, atendendo à exigência de novas demandas. Conforme o autor:

No último quartil do século XX e na primeira década do século XXI observa-se o surgimento de uma forma específica de organização social. A revolução baseada nas tecnologias da comunicação marca o ingresso em um novo tipo de estrutura social que é a sociedade da informação e do conhecimento (BRUNNER, 1997). Nesta, a geração e transmissão da informação tornaram-se as fontes fundamentais de produtividade e poder devido às novas condições tecnológicas surgidas nas últimas décadas do século passado (MORCHE, 2013, p. 29-30).

Percebe-se que a propagação do conhecimento na forma de IES gera centralidades que implicam na incorporação e difusão do progresso técnico. Logo, a estratégia de expansão e desenvolvimento coloca a educação (principalmente o ensino superior) como uma das bases da transformação produtiva, considerando-a imprescindível "à promoção do desenvolvimento da região e de objetivos alcançáveis mediante a aplicação de um conjunto coerente de políticas" (CEPAL/UNESCO, 1992, p. 13-14, apud BERNARTT, 2012, p. 365-366).

Por conseguinte, essa centralidade provocada pela IES, ao ser protagonista de transformações produtivas, carrega consigo marcas decisivas para o ritmo do desenvolvimento local, provocando mudanças imediatas na escala local e transformando a estrutura espacial no qual está inserida a partir de inovações. Segundo Friedmann (1975, p. 33), essas inovações incluem: *a)* Formas técnicas (novas máquinas, produtos, serviços ao consumidor); *b)* Formas organizacionais (novas estruturas de organização e práticas administrativas); *c)* Formas culturais (novos valores, estados de vida, produtos culturais) e, *d)* Formas sócio-políticas (novos padrões de relações sociais e institucionais).

---

<sup>2</sup> "A cidade é o lugar deputado à produção e ao uso de conhecimento e cultura. A universidade é o lugar onde se encontram recursos humanos qualificados, ideias e inovações, onde existe, em geral, uma alta abertura internacional e isso favorece o trânsito de informação, conhecimento e saber." (DILorenzo e Stefani, 2015, p. 05, tradução das autoras).

Tais inovações definidas pelo conceito de polos de crescimento podem ser apropriadas na relação que a IES cria, seja localmente ou regionalmente. Além disso, a IES é observada como uma instituição empreendedora, atuando na geração de pesquisas e projetos, bem como na transformação do conhecimento empírico em desenvolvimento econômico e cultural.

Damboriarena (2015) avalia essa relação por meio da *Hélice Tríplice*. Esse conceito foi desenvolvido por Etzkowits (1998; apud Damboriarena, 2015) e tem como destaque a tríade Universidade – Empresa – Governo, e o desenvolvimento econômico relativo à ciência, à tecnologia e à inovação, frente à capacidade da IES em oferecer suporte à projeção de empresas (por meio de incubadoras e de Tecnopolos).

Da relação universidade, empresa e governo (...) surgiu a abordagem da Hélice Tríplice ou *Triple Helix*, desenvolvido por Henry Etzkowitz e Loet Leydesdorff (1998), que compreende a universidade como indutora dessa interação com vistas à produção de novos conhecimentos, inovação tecnológica e desenvolvimento econômico (TRIPLE HELIX BRASIL, 2015). Nesse modelo cada ator é representado por uma hélice. A interação crescente entre as hélices gera uma espiral de conexão que atuaria em vários estágios do processo de inovação. As três pás da hélice (universidade – empresa – governo) se movimentam de forma cíclica, espiral, cumulativa e contínua, em prol do processo criativo e inovador, gerando um processo virtuoso de crescimento e desenvolvimento econômico (DAMBORIARENA, 2015, p. 23).

Por meio da hélice tríade, Etzkowits (2009, apud Damboriarena, 2015) argumenta que as IES em parceria com as empresas e ações do governo, são capazes de gerar investimento no capital humano, promover melhorias na qualidade de vida da população não acadêmica no seu entorno, incentivar a criação de novas empresas, formar profissionais de excelência, investir no capital social e atuar como agentes do desenvolvimento sustentável.

Nessa perspectiva, para Perroux (1967, p. 164), esse crescimento “não surge em toda a parte ao mesmo tempo; manifesta-se com intensidades variáveis, em pontos ou polos de crescimento; propaga-se segundo vias diferentes e com efeitos finais variáveis, no conjunto da economia”. Em vista disso, um dos resultados da polarização é a desigualdade – socioeconômica, política e cultural –, entre as regiões, levando à hierarquização dos lugares.

Atribui-se um retardo ao desenvolvimento econômico tanto quando o sistema de educação não capacita um número suficiente de graduados em determinadas áreas como quando prepara uma quantidade excessiva. No último caso, aponta o problema do “intelectual desempregado”, e esse tipo de educação significa um desperdício de recursos e pode ceder lugar a

situações mais graves se os graduados puderem exercer uma pressão efetiva para obter empregos não produtivos (BERNARTT, 2012, p. 231).

No caso das IES no Brasil, essas desigualdades também são reveladas, refletindo-se na concentração de polos educacionais. Conforme já mencionado, essa desigualdade é gerada pela seletividade proporcionada por políticas de expansão e interiorização da educação superior.

## EVOLUÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: ORIGENS

O histórico do desenvolvimento do ensino superior no Brasil está relacionado diretamente à transferência da sede do reino português para o Rio de Janeiro em 1808, quando da criação das primeiras instituições de ensino voltadas à defesa militar da colônia. Esse fato fez com que o Brasil fosse considerado uma exceção no continente, pois o governo espanhol já havia criado instituições de ensino superior em suas colônias.

Durante o período colonial, a criação de cursos isolados no território ocorreu por intermédio da Companhia de Jesus. Após a expulsão dos Jesuítas, em 1759, houve a abertura de escolas para o ensino de matérias isoladas, o que para alguns pesquisadores já pode ser considerado ensino superior, com a criação do Seminário de Olinda pela Ordem Franciscana.

No Brasil, o ensino superior passou por diversas mudanças e alterações em suas diretrizes de base ao longo da história. É marcante o seu desenvolvimento e expressão em torno das diversas áreas do conhecimento e sua abrangência em diversos pontos do país, com reconhecimento nacional e internacional. Porém, a base do ensino superior no Brasil, implantado como um modelo europeu teve sua base alicerçada por estratégias geopolíticas, comentadas a seguir.

Enquanto colônias espanholas já apresentavam unidades de ensino superior com estilo medieval no continente sul-americano desde o século XVI (MENDONÇA, 2005; MORAES, 2014), o Brasil como colônia de Portugal configurava instrução escolar por meio de ordens jesuítas instauradas em pontos estratégicos. O processo diferenciado entre a colonização portuguesa e espanhola mostra que “o Brasil constitui uma exceção na América Latina: enquanto a Espanha espalhou universidades pelas suas colônias (...), Portugal, fora dos colégios reais dos jesuítas, nos deixou limitado às universidades da Metrópole: Coimbra e Évora” (TEIXEIRA, 1999, p. 29 apud MENDONÇA, 2000, p.132).

A influência da Igreja Católica na educação brasileira teve papel importante, especialmente nos primórdios do ensino na colônia, e a partir do projeto desenvolvido pela Companhia de Jesus (cuja chegada ao Brasil data de 1549) Portugal instaurou a sua marca na ocupação.

A exploração da colônia portuguesa teve como foco inicial a atividade mercantilista<sup>3</sup>. Portanto, a educação não era um objetivo daquele momento. Marco disso é que o primeiro colégio jesuíta foi construído apenas em 1550, na Bahia, cinquenta anos após a chegada dos portugueses. A função dos colégios era a formação de padres, de oficiais e dos filhos dos grandes proprietários de terras e de minas (CUNHA, 2007a).

Em seguida, com o intuito de aprimorar o comportamento indígena considerado selvagem, a Igreja Católica promoveu a educação, a conversão, a evangelização e a integração ao padrão europeu. Os Jesuítas desenvolveram projetos educacionais para a “civilização dos selvagens nativos da América”, além destes servirem para o desbravamento de terras e busca de recursos naturais para o abastecimento da Corte portuguesa (SÁ e COELHO, 2013, p. 05).

Em 1759, com a Reforma Pombalina, os jesuítas foram expulsos do Brasil-Colônia e do Reino português. Razão disso se deu pelas modificações no campo ideológico baseadas no Iluminismo. Tal ideologia propunha a razão em oposição à religião, e, portanto, exaltava a ciência experimental e pela técnica (CUNHA, 2007a).

A culminância do ensino superior não religioso foi concretizada com a chegada da Família Real, em 1808, com o objetivo de atender aos interesses estratégicos do governo, beneficiando primeiramente os filhos das famílias mais abastadas. A instituição e o desenvolvimento desse tipo de educação sofreram mudanças ao longo da história. Tais transformações foram decorrentes do quadro socioeconômico do Brasil, bem como da evolução de políticas públicas instauradas. Segundo Durham (2003), o primeiro estágio de políticas voltadas à educação superior iniciou-se em 1808, perdurando até 1889, quando da implantação de escolas autônomas para a formação de profissionais liberais através da iniciativa da Coroa Portuguesa.

Com a migração da Família Real para o Brasil, no ano de 1808, inicia-se um novo período no desenvolvimento do território brasileiro. A mudança, por tempo indeterminado, do rei de Portugal para o Brasil ocasiona não só o início da indústria brasileira, através da concessão dadas pelo rei a pessoas próximas à coroa portuguesa, mas também o surgimento das primeiras escolas superiores (MORAES, 2014, p. 83).

A chegada da Família Real foi um marco na história brasileira, pois trouxe consigo transformações sociais, culturais, políticas, administrativas e econômicas. Até esse momento, o Brasil era considerado atrasado socialmente e economicamente, com atividades econômicas e comerciais dispersas entre si, servindo, principalmente para o abastecimento da Metrópole Lisboa. Portanto, a fixação da Corte alterou a situação até então vigente: de uma simples colônia à sede da monarquia lusitana (AMORIM, 2012).

---

<sup>3</sup> Até a primeira metade do século XVII a principal atividade econômica no Brasil foi a produção do açúcar. Em seguida, o destaque foi a atividade mineradora, motivada principalmente pelo ciclo do ouro, comandando a economia colonial à época. Principal destaque do ciclo do ouro foi a troca da capital, de Salvador para o Rio de Janeiro, dada a localização próxima e privilegiada entre as áreas de exploração em Minas Gerais e o porto.

A educação superior ganhou força, a partir de 1808, com a criação por D. João VI das primeiras instituições desse nível, resultado da preocupação com a defesa militar do território. Até esse momento não havia políticas com o intuito de independência cultural. O marco para tal ocorreu, segundo Amorim (2012), no Rio de Janeiro com a criação da primeira instituição de ensino superior, a Academia da Marinha, em paralelo à criação do Hospital Militar. Em seguida, em 1810, foi criada a Academia Real Militar, ambas visando a formação de oficiais e engenheiros civis.

Observa-se que as primeiras IES no Brasil estavam localizadas em lugares dispersos, como estratégia de exploração e defesa pela Família Real. A transferência da Corte com auxílio do governo inglês devido à invasão francesa em Portugal, comandada por Napoleão Bonaparte, provocou alterações culturais e políticas no Brasil Colônia, onde a implantação de cursos voltados às áreas da saúde e defesa militar, era, concomitantemente, uma necessidade e estratégia geopolítica. Além disso, essas instituições possuíam um caráter estatal e laico, diferentemente de como era realizado antes com a influência jesuítica e da Igreja.

Após a chegada da Família Real, as transformações nos moldes econômicos começaram a ser percebidas e, desse modo, as preocupações com a elite começaram a ser necessidade, visando a formação superior de uma pequena parcela da população, especialmente os filhos de aristocratas. Além do campo educacional dentre os benefícios culturais observados na Colônia, destacaram-se a construção do Museu Nacional, o Observatório Nacional, a Biblioteca Real, o Jardim Botânico e a Imprensa Régia, bem como a construção de estradas e portos e o incentivo à imigração europeia.

Durante o período Imperial (1822-1889), especialmente na segunda metade do século XIX, ocorreu o surgimento de vilas e de pequenas cidades no interior das diferentes regiões (AMORIM, 2012). Porém, nem mesmo a prosperidade da produção do café durante o período imperial foi capaz de alavancar o ensino superior, exceto para a formação técnica de engenheiros para a construção de ferrovias.

Destacam-se a criação da Escola Politécnica no Rio de Janeiro, em 1874, oriunda da Escola Militar; e Escola de Minas de Ouro Preto, um ano depois, ambas focadas na construção de portos e estradas. Nesse período, a influência francesa e britânica foi marcante para a formação dos padrões culturais das classes dominantes (arquitetura, culinária, adornos e vestuário). Observa-se também, o aumento da oferta de colégios religiosos para moças, com a finalidade de preparar para a vida em sociedade e fluência em outros idiomas, especialmente o francês, preparando-as para o casamento e colaboração aos seus maridos, cujo trabalho era público (CUNHA, 2007a).

O ensino superior no Brasil durante a Primeira República (ou República Velha), entre 1889-1930, foi marcado pela influência positivista de Benjamin Constant<sup>4</sup> e manifestado

---

<sup>4</sup> Segundo o ideário do Positivismo, há um afastamento entre a teologia e a metafísica, de maneira que os positivistas acreditam que o conhecimento científico é a única forma de conhecimento verdadeiro, baseados nas ideias dos principais pensadores, Auguste Comte e John Stuart Mill. Para esses, o Positivismo é uma doutrina filosófica, política e sociológica, que sugere que uma teoria só pode ser correta quando aprovada por meio de métodos científicos válidos.

através dos conceitos de ordem, progresso, trabalho e moral. A República Velha também foi influenciada pelas premissas do *liberalismo econômico*, de Adam Smith. Segundo aquele economista britânico, o Estado não necessitava intervir na economia, e quem regia a harmonização econômica eram os interesses privados.

Marco desse período, no que tange à participação do ensino superior na formação da mão de obra especializada, foi o surgimento do ensino livre, ou seja, não dependendo mais do Estado para a sua concretização, estimulando assim, a formação do ensino superior privado. Essa participação privada foi resultante de padrões técnicos e econômicos no país e no mundo ocidental sob a égide do pensamento liberal. Portanto, a necessidade da ampliação de cursos e a sua descentralização estimulou, além da economia, a organização dos espaços baseados pela lógica econômica.

Durante a Primeira República (1889-1930), a marca desse processo educacional foi voltada à descentralização de cursos isolados federais públicos e privados e, ao final desse período, com o governo de Getúlio Vargas (Estado Novo), criou-se a primeira Universidade no Brasil. O período que segue, entre 1945 e 1964, foi marcado pela criação e interiorização de universidades públicas (em sua grande maioria, federais), marcando o processo de descentralização e a qualificação da mão de obra distante dos principais centros urbanos. Destacam-se nesse período a criação de instituições no país em locais distintos do ponto de vista geográfico, como forma de atender a demanda do setor, além de contribuir para o desenvolvimento.

A reforma pela qual passou o ensino superior na Era Vargas tinha como característica ambígua o conservadorismo e a relativa abertura do acesso ao ensino superior. Essa última era caracterizada pelo aumento da oferta de cursos de nível superior pelas IES, o que proporcionou o crescimento do número de estudantes oriundos das “camadas médias” da sociedade (FREIRE, 2011, p. 54).

Nesse contexto, a demanda por IES ampliou-se e, exemplo disso é que em 1930 havia 21 mil estudantes matriculados no ensino superior e, em 1945, esse número aumentou para 27 mil matriculados. Na década de 1930, o país já contava com três universidades e, fora da região sudeste, a Escola de Engenharia de Porto Alegre criada em 1932, se tornou Universidade Técnica de Porto Alegre e, em 1934, Universidade de Porto Alegre.

Na década seguinte, o país contava com cinco universidades. Além das mencionadas, em 1934 foi criada a Universidade de São Paulo, e em 1935, a Universidade do Distrito Federal (Rio de Janeiro), esta última absorvida pela Universidade do Brasil quatro anos depois.

Marco desse período foi a proposta voltada à urgência de uma classe que desse conta da necessidade industrial ascendente da época, de maneira a promover formação à sociedade frente ao novo modelo econômico que permitiu ao país a sua transformação de agroexportadora à de urbana-industrial. Logo, o ensino técnico profissionalizante focava a

instrução da classe operária industrial, enquanto que as classes média e alta recebiam formação superior voltada à gestão nas IES.<sup>5</sup>

Além disso, a necessidade da qualificação da mão de obra extrapolava o campo fabril: foi também considerada uma estratégia política à época, por meio do voto. Vale destacar que, nesse momento a participação do negro e do mestiço no processo produtivo, na política e na educação, ainda era excludente.

O período chamado *Populista* (1945 – 1964) foi marcado pela inserção da classe média no ensino superior. As novas políticas educacionais, marcadas pela Reforma Universitária, de 1968, e a Lei de Diretrizes e Bases, de 1971, tornaram a política educacional mais flexível. Destacou-se também nesse período a federalização de algumas IES até então estaduais, e o fortalecimento do papel da Igreja, com a expansão de Universidades Católicas em várias capitais do país.

Foi no período chamado populista que ocorreu no Brasil a fundação das primeiras cidades universitárias, inspiradas nos *campi* estadunidenses. De acordo com Cunha (2007b),

A transferência das universidades para os campus implicava em duplo movimento de integração e segregação. A reunião das diversas faculdades e dos vários institutos e serviços auxiliares exigia grandes espaços, somente disponíveis na periferia das cidades. Reunir as faculdades na cidade universitária significava retirá-las da cidade. Além do mais, as concepções arquitetônicas dos *campi* nem sempre estiveram orientadas para buscar a integração entre faculdades, limitando-se a justapô-las e, às vezes, até mesmo fragmentando o que já estava integrado (CUNHA, 2007b, p. 85).

Ao passo que as instituições de ensino superior ganhavam importância no cenário internacional, a sua manutenção e modernização precisou acompanhar a demanda de desenvolvimento no qual o país estava inserido nesse momento. Marco disso é a expansão dessas instituições seguindo o ritmo industrial crescente, de modo a formar profissionais preparados para tal demanda. O aumento das IES é marca desse período industrial brasileiro pelo fato de associar ensino ao mercado de trabalho, dado o período de industrialização que ganhava proporções, a partir da política econômica de substituição das importações.

Além disso, esse período foi marcado pela crise das oligarquias tradicionais, resultando na transferência do foco por parte dos governos para o atendimento das necessidades das massas urbanas e industriais, da urbanização e dos movimentos migratórios (MENDONÇA, 2000). Simultaneamente, houve também transformações no campo econômico e sociocultural, em conjunto à expansão industrial para outras regiões brasileiras, bem como a sua diversificação e importância no mercado internacional, atraindo empresas e montadoras para o país.

---

<sup>5</sup> Santiago (2015) destaca a criação dos cursos oferecidos pelo SENAI na formação técnica profissionalizante desse período.

A década de 1960 foi marcada pelo processo de interiorização do ensino superior no país, tanto de instituições públicas (especialmente as federais), quanto de instituições privadas. Tal interiorização foi resultado da expansão da urbanização e da industrialização nesse período, processos que se tornaram vetores do direcionamento do desenvolvimento para novas regiões. No campo educacional, considera-se como marco dessa interiorização a criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) que atuou como ferramenta de auxílio e suporte para a expansão do ensino superior de maneira descentralizada e “reconhecendo o papel estratégico das universidades, em especial as do setor público, para o desenvolvimento econômico e social do país” (RORATO, 2016, p. 74).

Com a ascensão dos militares ao poder, os anos de ditadura militar brasileira (1964-1985) foram marcados pela reforma do modelo universitário, além do desenvolvimento acelerado das instituições de ensino superior privadas (DURHAM, 2003). Após o fim desse governo, o processo de redemocratização no país foi marcado com a promulgação da Constituição Federal<sup>6</sup> em 05 de Outubro de 1988. Por meio desse novo marco legal, políticas públicas foram institucionalizadas, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a partir de transformações políticas e econômicas na educação brasileira (em todos os seus níveis e modalidades).

A educação nesse período é marcada pela pedagogia tecnicista (SAVIANI, 2002), baseada no princípio da racionalidade, eficiência e produtividade, como forma de atender a demanda industrial crescente no país. Caracteriza-se também esse período pelo aumento das instituições privadas, bem como pela criação de novos cursos técnicos para suprir as necessidades da população sem condições de custear o ensino superior.

Importante característica marcada pelos governos militares, no tocante à universidade pública federal, foi a localização geográfica de tais instituições. Historicamente localizadas em áreas centrais das cidades, ao longo dos anos 1970 tais instalações acadêmicas universitárias foram transferidas para as periferias e subúrbios, como estratégia dos governos para atenuar a participação e militância dos movimentos estudantis em protestos de resistência ao regime militar (AMORIM, 2012).

Enquanto as IES federais estavam transferindo campi para os subúrbios, deixando apenas nas áreas centrais atividades relacionadas à Reitoria e cursos acadêmicos específicos (Maia, 2015), as instituições privadas estavam se localizando ao inverso dessa lógica: cada vez mais centralizadas e próximas aos principais eixos viários e de infraestrutura.

Os anos que seguiram após o fim do regime militar no Brasil foram marcados por uma forte participação do poder privado no ensino superior, promovidas por políticas neoliberais e com a redução da participação do Estado nos investimentos públicos voltados à educação.

A década de 1980, marcada por forte crise econômica, tanto o setor público quanto o privado foram atingidos:

---

<sup>6</sup> Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

No período, verificou-se uma expansão dos cursos noturnos, que, dentre outros objetivos, são criados para atender a uma nova demanda. Concentra-se no setor privado e se revela numa oportunidade “mais fácil” de ingresso em setores da sociedade já inseridos no mercado de trabalho, impossibilitados de frequentar cursos diurnos. Em 1986, 76,5% das matrículas no ensino superior se concentravam no setor privado. As universidades federais resistiam à implementação de cursos noturnos, com um percentual de apenas 16% das matrículas (SANTOS e CERQUEIRA, 2009, p.6).

No tocante ao urbano, nesse período:

As cidades de porte médio passam a acolher maiores contingentes de classes médias, um número crescente de letrados, indispensáveis a uma produção material, industrial e agrícola, que se intelectualiza. Por isso assistimos, no Brasil, a um fenômeno paralelo de metropolização e desmetropolização, pois ao mesmo tempo crescem cidades grandes e médias, ostentando ambas as categorias um notável incremento demográfico, beneficiando, em grande parte, pelo jogo dialético entre a criação de riqueza e de pobreza sobre o mesmo território [...] Há, certamente, seletividade na expansão do meio técnico-científico-informacional (SANTOS e SILVEIRA, 2000, p.33-34).

Diferentemente do que ocorreu no final dos anos 1980 e início da década de 1990, o início do século XXI foi marcado pelo aumento da intervenção do Estado na oferta de matrículas no ensino superior, bem como pela expansão de instituições de ensino superior, com destaque para as federais em todas as regiões do país, promovidas pelo governo federal por meio do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI).

No campo educacional, o início desse século é marcado pelo aumento expressivo de IES em ambas as categorias – pública e privada –, esta última com destaque para as de fins lucrativos, ou seja, orientada pelo mercado, e também marcado por ações do governo federal para a expansão de vagas, matrículas e de novas instalações, observadas, principalmente, pela proliferação de Institutos Federais (IFES).

## PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A compatibilização de alternativas viáveis que auxiliem no estudo da prática urbana surgiu como um desafio ao tratamento de dados coletados em campo. Desse modo, se fez necessária a construção de mapas temáticos que auxiliarão na observação e identificação do eixo de expansão e crescimento das Instituições de Ensino Superior no estado do Rio Grande do Sul.

A proposta de aliar técnicas de Geoprocessamento ao estudo urbano vem sendo difundida e muito utilizada no planejamento, tanto urbano, quanto regional, devido à capacidade de permitir o processamento de diferentes informações geográficas em uma mesma base cartográfica, auxiliando na tomada de decisões.

Para tal, foi utilizado o Software ArcGIS devido à sua aplicabilidade ao estudo urbano e regional, suporte por meio de suas ferramentas na análise espacial e temporal, no georreferenciamento de dados orbitais e na criação de mapas temáticos. A fim de se alcançar o objetivo de *analisar a expansão geográfica das Instituições de Ensino Superior no Rio Grande do Sul, para identificá-las como polos de crescimento externos à Porto Alegre*, foi realizado o mapeamento de todas as instituições de ensino superior, totalizando duzentas e setenta e três (273), desde o final do século XIX até o presente momento.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES: EVOLUÇÃO DAS IES NO RIO GRANDE DO SUL

As atividades de ensino superior no Rio Grande do Sul tiveram início ainda no século XIX. Inicialmente com os cursos da área da Saúde, em 1889, a Faculdade de Medicina e Farmácia de Porto Alegre, e, em 1896, a Escola de Engenharia de Porto Alegre, posteriormente vinculados à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Ainda em Porto Alegre, os anos 1930 são marcados pela instalação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), localizada no eixo leste do município, entre as avenidas Bento Gonçalves e Ipiranga, em uma região mais afastada da área central e com espaço amplo para a construção do campus. Com a proposta de buscar espaço para a constituição de campus universitário, em 1941, a UFRGS inaugura o Campus da Educação Física (ESEF), próximo à avenida Dr. Salvador França, principal eixo de ligação norte-sul da cidade.

Por meio das próximas figuras, percebeu-se que até o final da década de 1940 apenas os municípios que hoje compreendem o COREDE Metropolitano Delta do Jacuí apresentavam acesso ao ensino superior, concentrando-o na capital Porto Alegre, local com maior circulação de pessoas, bens e serviços à época. Esse período foi marcado também pela criação de cursos profissionalizantes na capital, por meio do Centro de Tecnologia SENAI de Porto Alegre, em 1942, atendendo a população com cursos voltados às áreas tecnológicas e à demanda industrial da época.

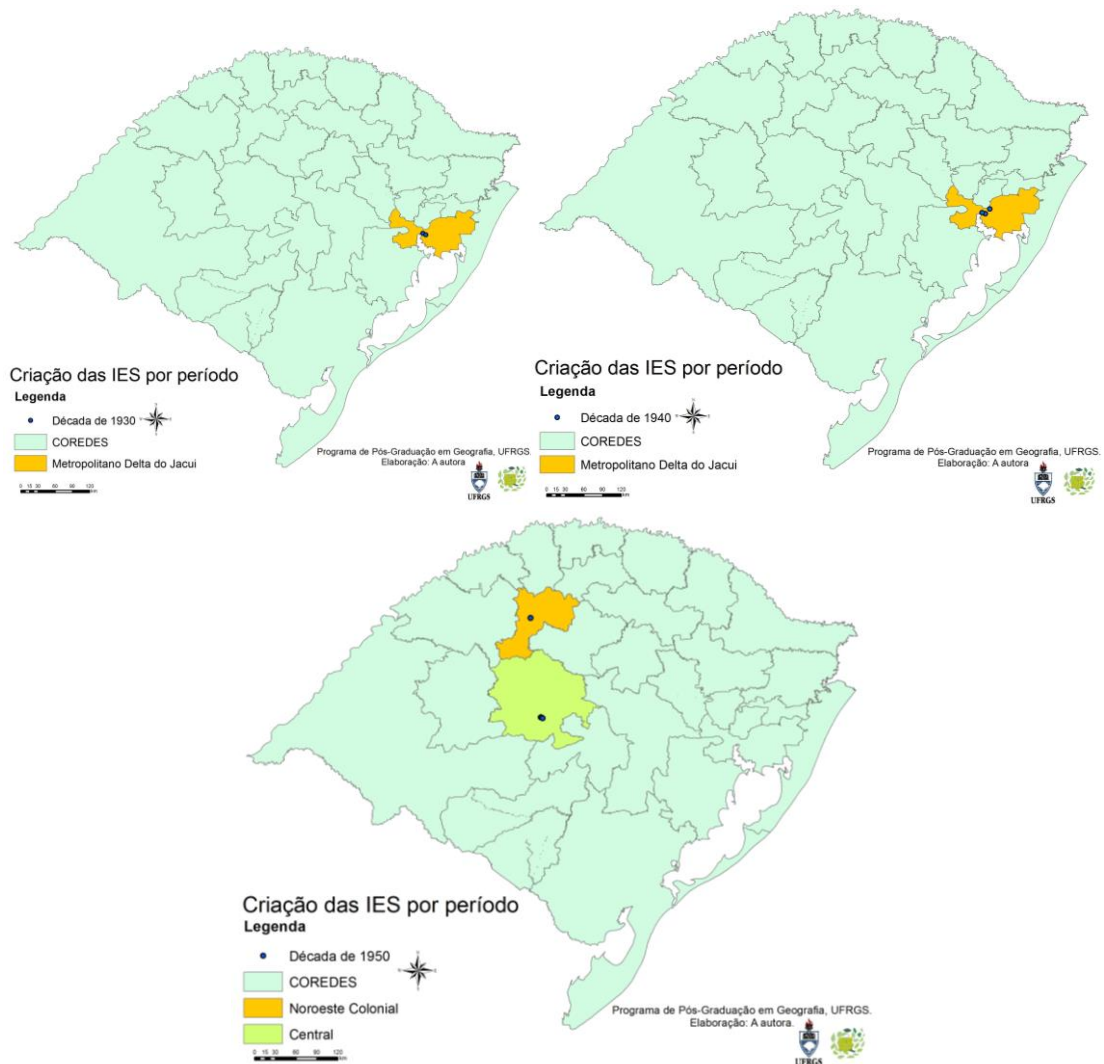


Figura 1: Criação das IES nas décadas de 1930, 1940 e 1950 no Rio Grande do Sul.  
Fonte: Os autores, 2018.

Os anos 1950 marcaram, no estado, a interiorização do ensino superior, ou seja, além do eixo polarizado por Porto Alegre, de modo a promover a qualificação da população local, bem como a geração de desenvolvimento regional. Criaram-se o Centro Universitário Franciscano (UNIFRA), em 1955, distribuído em quatro campi em Santa Maria, e a Universidade Regional do Nordeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ), em 1956, na cidade de Ijuí, ambas instituições privadas.

No tocante à descentralização exercida por Porto Alegre no ensino superior, a década de 1960 foi crucial para a ampliação da oferta de ensino no interior do estado em ambas as categorias: pública e privada. Data desse período a criação da Faculdade Nossa Senhora de Fátima, em Caxias do Sul, de cunho privado. Como política educacional à época, tal descentralização e interiorização foi acompanhada pela federalização em 1960, com a

Universidade Federal de Santa Maria, localizada na cidade de mesmo nome na região central do estado, considerada o primeiro exemplo nacional de IES de caráter federal localizada externa às capitais brasileiras.

No mesmo ano, houve a criação da Universidade Católica de Pelotas (UCPEL), de caráter privado e, nove anos mais tarde, a criação da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), na região sul do estado. Data dessa década também a criação da Universidade Federal de Rio Grande (FURG). Enquanto isso, a expansão privada de IES foi notável, totalizando dezesseis instituições externas ao eixo polarizador de Porto Alegre. Foram elas:

CATEGORIA	MUNICIPIO	NOME IES	SIGLA IES	CAMPUS	ANO CRIAÇÃ
PRIVADA	SANTO ÂNGELO	INSTITUTO CENECISTA DE ENSINO SUPERIOR DE SANTO AN	CENEC	CENEC SANTO ÂNGELO	1963
PRIVADA	SANTA CRUZ DO SUL	UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL	UNISC	UNISC	1964
PRIVADA	CAXIAS DO SUL	UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL	UCS	CAMPUS SEDE	1967
PRIVADA	CAXIAS DO SUL	UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL	UCS	CAMPUS 8	1967
PRIVADA	IJUÍ	FACULDADE BATISTA PIONEIRA	FBP	FBP	1967
PRIVADA	PASSO FUNDO	UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO	UPF	UPF	1968
PRIVADA	PELOTAS	FACULDADE DE TECNOLOGIA SENAC	SENAC	SENAC PELOTAS	1968
PRIVADA	BAGÉ	UNIVERSIDADE DA REGIÃO DA CAMPANHA	URCAMP	URCAMP CAMPUS BAGÉ	1969
PRIVADA	TAQUARA	FACULDADES INTEGRADAS DE TAQUARA	FACCAT	FACCAT	1969
PRIVADA	SÃO LEOPOLDO	UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS	UNISINOS	UNISINOS	1969
PRIVADA	CAMAQUÃ	FACULDADE CAMAQUENSE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ADM.	FACCCA	FACCCA	1969
PRIVADA	PALMEIRAS DAS MISSÕES	UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO	UPF	CAMPUS PALMEIRAS DAS M	1969
PRIVADA	SANTA ROSA	FUNDAÇÃO EDUCACIONAL MACHADO DE ASSIS	FEMA	FEMA	1969
PRIVADA	NOVO HAMBURGO	FACULDADE FEEVALE	FEEVALE	CAMPUS I	1969
PRIVADA	NOVO HAMBURGO	FACULDADE FEEVALE	FEEVALE	CAMPUS II	1969
PÚBLICA	PELOTAS	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS	UFPEL	CAMPUS PORTO	1969
PÚBLICA	CAPÃO DO LEÃO	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS	UFPEL	CAMPUS CAPÃO DO LEÃO	1969
PÚBLICA	PELOTAS	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS	UFPEL	CAMPUS MEDICINA	1969
PÚBLICA	PELOTAS	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS	UFPEL	FAURB UFPEL	1969
PÚBLICA	PELOTAS	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS	UFPEL	ICH UFPEL	1969
PÚBLICA	PELOTAS	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS	UFPEL	FAC. DE DIREITO	1969

QUADRO 1: IES criadas na década de 1960 no Rio Grande do Sul

Fonte: Os autores, 2018.

Vale destacar que nesse período houve a criação da Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA), em 1961, na região central da capital, próxima aos principais eixos viários radiocêntricos, ligando o centro aos diferentes bairros, bem como a proximidade com o Hospital Santa Casa de Misericórdia e de toda a estrutura de equipamentos urbanos e estruturais relacionados ao Campus Central da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Nos anos 1970 foram criadas oito IES, sendo seis privadas e duas públicas federais, com concentração no eixo polarizado por Porto Alegre, exceto pela Faculdade Sociedade Educacional Três de Maio (SETREM) no Noroeste do estado, em 1973, e o Campus Carreiros, da Universidade Federal de Rio Grande (FURG), em 1978.

Porto Alegre recebeu, nesse período, o início das atividades educacionais privadas do Centro Universitário Ritter dos Reis (UNIRITTER), em 1971, do Centro Metodista de Porto Alegre (IPA), Faculdade Porto-alegrense (anteriormente FAPA e hoje pertencente à UNIRITTER-Campus FAPA) e a inauguração do Campus do Vale da UFRGS, em 1977, de

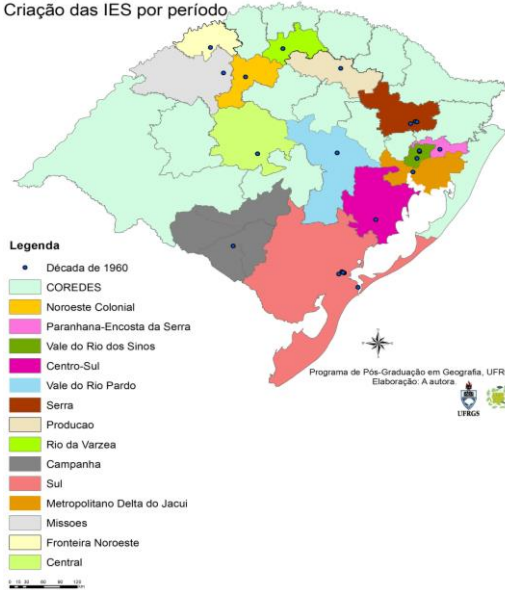


maneira a expandir suas atividades, que até então estavam localizadas no centro da cidade, para ampliar sua atuação na área limítrofe ao município de Viamão.

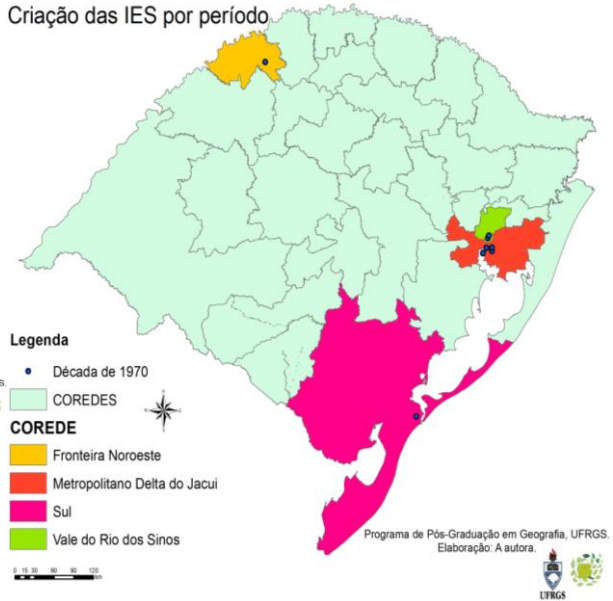
Com o crescimento populacional para além dos limites da capital gaúcha, resultado da valorização do uso do solo, o crescimento populacional em outros municípios levou à formação de mão de obra qualificada para o mercado de trabalho, especialmente o industrial e o de gestão. Foi nesse cenário que surgiu as primeiras IES no município de Canoas, a Universidade Luterana do Brasil (ULBRA), em 1972, e o Centro Universitário La Salle (UNILASALLE), em 1976, ambas privadas e localizadas estrategicamente próximas ao principal eixo do município, a BR-116, com ligação à capital e aos demais municípios ao Norte.



Criação das IES por período



Criação das IES por período



Criação das IES por período

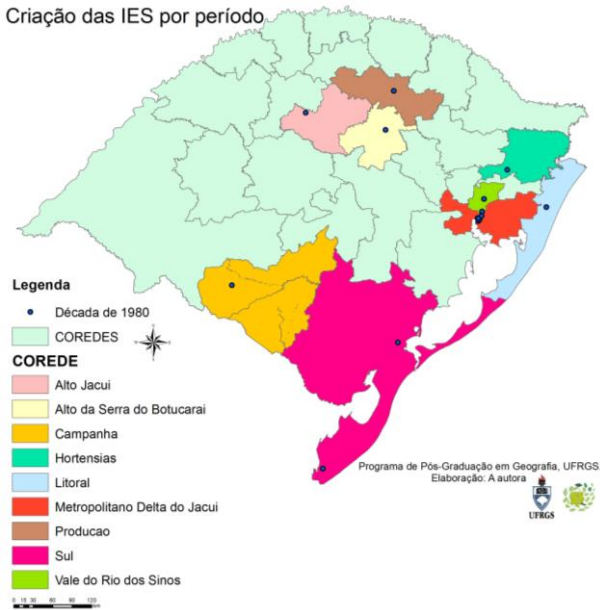


Figura 2: Criação das IES nas décadas de 1960, 1970 e 1980 no Rio Grande do Sul.  
Fonte: Os autores, 2018.

A década de 1980 foi marcada pelo aumento da privatização do ensino superior, resultado da crescente demanda por mão de obra qualificada e das mudanças socioeconômicas ocorridas no território brasileiro e, em especial ao caso gaúcho, é observada a constituição de quinze IES. Tais instituições observadas são privadas, em sua grande maioria, com exceção do campus da FURG no município de Santa Vitória do Palmar, criado em 1984.

CATEGORIA	MUNICÍPIO	NOME IES	SIGLA IES	ANO CRIAÇÃO
PRIVADA	CANOAS	CENTRO UNIVERSITÁRIO RITTER DOS REIS	UNIRITTER	1981
PRIVADA	OSÓRIO	FACULDADE CENECISTA DE OSÓRIO	FACOS	1981
PRIVADA	PASSO FUNDO	INST. SUPERIOR DE FILOSOFIA BERTHIER	IFIBE	1982
PRIVADA	PORTO ALEGRE	FUNDAÇÃO ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO	FMP	1983
PRIVADA	SOLEDADE	UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO	UPF	1984
PÚBLICA	SANTA VITÓRIA DO PALMAR	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE	FURG	1984
PRIVADA	SÃO LEOPOLDO	ESCOLA SUPERIOR DE TEOLOGIA	EST	1984
PRIVADA	PORTO ALEGRE	ESCOLA SUPERIOR DE PROPAGANDA E MARKETING DE POA	ESPM	1985
PRIVADA	PORTO ALEGRE	CENTRO UNIVERSITÁRIO RITTER DOS REIS	UNIRITTER	1986
PRIVADA	PORTO ALEGRE	ESCOLA SUPERIOR DE TEOLOGIA E ESPIRITUALIDADE FRANCISCANA	ESTEF	1986
PRIVADA	CANELA	UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL	UCS	1986
PRIVADA	CRUZ ALTA	UNIVERSIDADE DE CRUZ ALTA	UNICRUZ	1988
PRIVADA	PORTO ALEGRE	FACULDADE SENAC PORTO ALEGRE	SENAC	1989
PRIVADA	PORTO ALEGRE	FACULDADE SENAC PORTO ALEGRE	SENAC	1989
PRIVADA	DOM PEDRITO	UNIVERSIDADE DA REGIÃO DA CAMPANHA	URCAMP	1989

QUADRO 2: IES criadas na década de 1980 no Rio Grande do Sul.

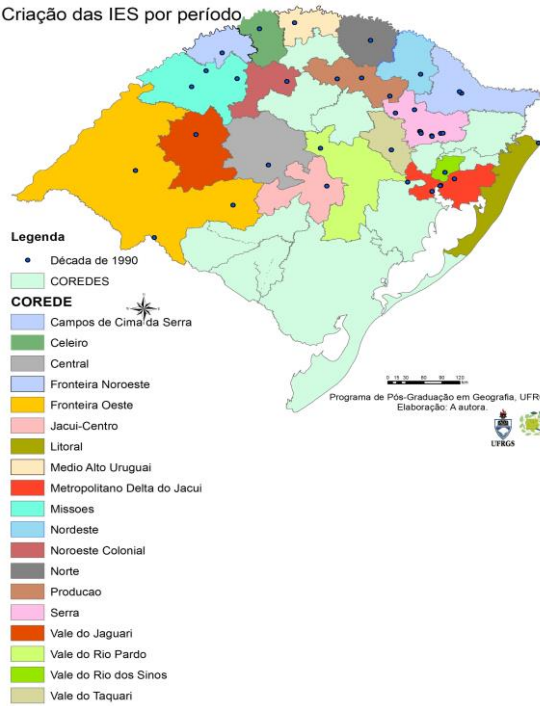
Fonte: Os autores, 2018.

Por meio do quadro e da figura anterior sobre localização das IES durante a década de 1980, constatou-se a intensa participação do poder privado na área da expansão do ensino superior. Áreas que, até então, eram dependentes de municípios vizinhos, começaram a fazer parte dessas áreas de expansão, como polos de desenvolvimento, como é o caso de Dom Pedrito, Soledade, Passo Fundo, Cruz Alta e Osório, por exemplo.

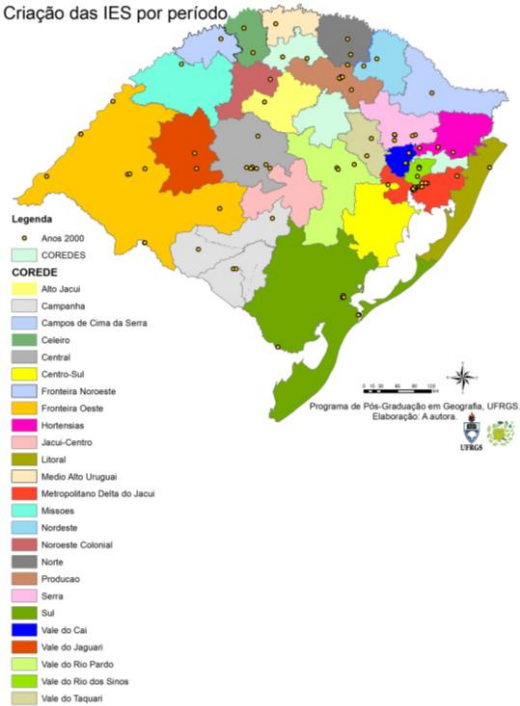
Além disso, nota-se a diversificação de cursos e especializações das instituições, focando em determinadas áreas com ascensão no mercado de trabalho, como os cursos de administração, direito, tecnologia e marketing.



Criação das IES por período



Criação das IES por período



Criação das IES por período

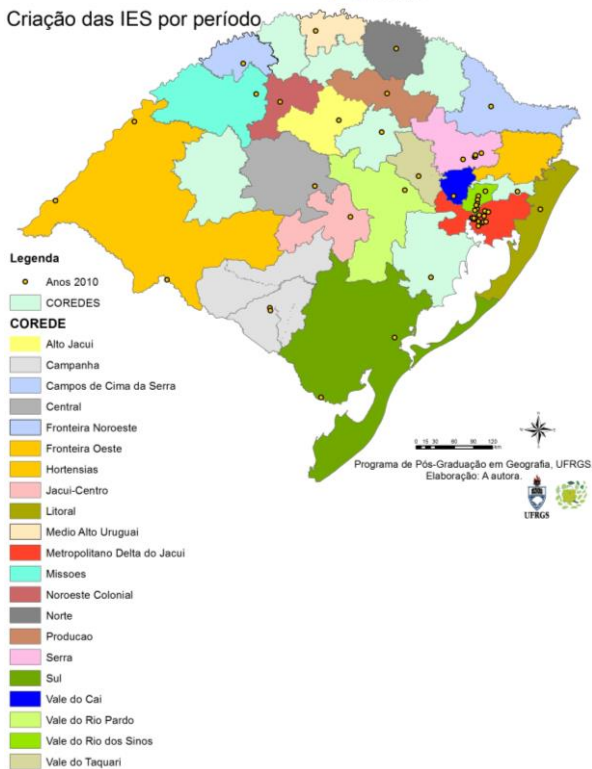


Figura 3: Criação das IES na década de 1990, anos 2000 e 2010 no Rio Grande do Sul.  
Fonte: Os autores, 2018.



A década de 1990 representou, para o Rio Grande do Sul, o acréscimo de trinta e seis Instituições de Ensino Superior, distribuídas entre a metade Norte, Região Metropolitana e Fronteira Oeste do território gaúcho.

CATEGORIA	MUNICÍPIO	NOME IES	SIGLA IES	ANO CRIADA
PRIVADA	SÃO GABRIEL	UNIVERSIDADE DA REGIÃO DA CAMPANHA	URCAMP	1990
PRIVADA	CARAZINHO	UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO	UPF	1990
PRIVADA	LAGOA VERMELHA	UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO	UPF	1990
PRIVADA	GUAIBA	UNIVERSIDADE LUTERANA DO BRASIL	ULBRA	1990
PRIVADA	SÃO JERÔNIMO	UNIVERSIDADE LUTERANA DO BRASIL	ULBRA	1990
PRIVADA	SANTA ROSA	UNIVERSIDADE REGIONAL DO NOROESTE DO ESTADO DO RS	UNIJUÍ	1990
PRIVADA	GUAPORÉ	UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL	UCS	1991
PRIVADA	GRAVATAÍ	UNIVERSIDADE LUTERANA DO BRASIL	ULBRA	1991
PRIVADA	SANTANA DO LIVRAMENTO	UNIVERSIDADE DA REGIÃO DA CAMPANHA	URCAMP	1992
PRIVADA	PASSO FUNDO	FACULDADE DE TECNOLOGIA SENAC	SENAC	1992
PRIVADA	CASCA	UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO	UPF	1992
PRIVADA	TORRES	UNIVERSIDADE LUTERANA DO BRASIL	ULBRA	1992
PRIVADA	PANAMBI	UNIVERSIDADE REGIONAL DO NOROESTE DO ESTADO DO RS	UNIJUÍ	1992
PRIVADA	TRÊS PASSOS	UNIVERSIDADE REGIONAL DO NOROESTE DO ESTADO DO RS	UNIJUÍ	1992
PRIVADA	SANTO ÂNGELO	UNIVERSIDADE REGIONAL INTEGRADA DO ALTO URUGUAI E DAS MISSÕES	URI	1992
PRIVADA	ERECHIM	UNIVERSIDADE REGIONAL INTEGRADA DO ALTO URUGUAI E DAS MISSÕES	URI	1992
PRIVADA	FREDERICO WESTPHALEN	UNIVERSIDADE REGIONAL INTEGRADA DO ALTO URUGUAI E DAS MISSÕES	URI	1992
PRIVADA	SÃO LUIZ GONZAGA	UNIVERSIDADE REGIONAL INTEGRADA DO ALTO URUGUAI E DAS MISSÕES	URI	1992
PRIVADA	CERRO LARGO	UNIVERSIDADE REGIONAL INTEGRADA DO ALTO URUGUAI E DAS MISSÕES	URI	1992
PRIVADA	BENTO GONÇALVES	UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL	UCS	1993
PRIVADA	VACARIA	UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL	UCS	1993
PRIVADA	VACARIA	UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL	UCS	1993
PRIVADA	FARROUPILHA	UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL	UCS	1993
PRIVADA	NOVA PRATA	UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL	UCS	1993
PRIVADA	SANTIAGO	UNIVERSIDADE REGIONAL INTEGRADA DO ALTO URUGUAI E DAS MISSÕES	URI	1994
PRIVADA	PORTO ALEGRE	INSTITUTO BRASILEIRO DE GESTÃO DE NEGÓCIOS	FTEC IBGEN	1996
PRIVADA	ALEGRETE	UNIVERSIDADE DA REGIÃO DA CAMPANHA	URCAMP	1996
PRIVADA	CACHOEIRA DO SUL	UNIVERSIDADE LUTERANA DO BRASIL	ULBRA	1996
PRIVADA	FARROUPILHA	FACULDADE CENECISTA DE FARROUPILHA	CENEC	1996
PÚBLICA	SAPUCAIA DO SUL	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE	IFSUL	1996
PRIVADA	LAJEADO	CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIVATES	UNIVATES	1997
PRIVADA	BENTO GONÇALVES	FACULDADE CENECISTA DE BENTO GONÇALVES	CNEC	1998
PRIVADA	SANTA MARIA	FACULDADE METODISTA DE SANTA MARIA	FAMES	1998
PRIVADA	SOBRADINHO	UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL	UNISC	1998
PRIVADA	BENTO GONÇALVES	CENTRO UNIVERSITÁRIO DA SERRA GAÚCHA	FSG	1999
PRIVADA	CAXIAS DO SUL	CENTRO UNIVERSITÁRIO DA SERRA GAÚCHA	FSG	1999

QUADRO 3: IES criadas na década de 1990 no Rio Grande do Sul.

Fonte: Os autores, 2018.

Conforme quadro anterior, tal expansão das IES no estado do Rio Grande do Sul seguiu a lógica econômica, com exceção do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense, em Sapucaia do Sul, de caráter federal. As demais são instituições privadas, e sua localização é orientada por interesses do mercado na gestão e uso do território.

Desde os anos 1970 o governo federal incentivou a participação do setor privado na estruturação e aumento da oferta do ensino superior. Porém, conforme visto, será potencializada tal ação vinte anos depois, resultado da consolidação industrial e urbana no país, levando ao crescimento isolado de instituições privadas no país e no Rio Grande do Sul.

Desde a segunda metade do século XX, o relativo equilíbrio que caracterizava a relação pública e privada na educação superior no Brasil, em termos de número de instituições e de matrículas, rompeu-se em decorrência da natureza da expansão do sistema. Liderada pela iniciativa privada, no início dos anos 1970, a expansão foi impulsionada pela pressão de diversos segmentos da sociedade brasileira, que se tornava cada vez mais urbana e industrializada. Para um contingente cada vez maior da população, a formação superior passava a fazer parte de seus projetos de

realização pessoal e de ascensão social. A iniciativa privada, atenta às demandas de novos e potenciais consumidores, respondeu de forma ágil (MORCHE, 2013, p. 92).

Logo, o período compreendido pelos anos 1970 até a década de 1990 se destaca, em todo o país, pela expansão desse tipo de instituição dada ao aumento da demanda por ensino superior, atrelada ao crescimento da classe média e às novas fontes de emprego, seja no campo ou na cidade, motivadas pela mecanização e desenvolvimento tecnológico. Além disso, é importante mencionar a participação privada por meio de faculdades isoladas, com oferta de cursos com valores mais acessíveis e menores exigências acadêmicas, como extensão universitária, pesquisa e formação docente mínima, focadas apenas na formação do aluno e não na pesquisa acadêmica e pós-graduação.

Tabela 1: Evolução do número de IES no Brasil

Ano	Universidade		Faculdade		Estabelecimentos isolados		Centro Universitário		Total
	Pública	Privada	Pública	Privada	Pública	Privada	Público	Privada	
1970	32	15	-	-	139	463	-	-	639
1975	37	20	-	-	178	625	-	-	860
1980	45	20	1	10	154	643	-	-	882
1985	48	20	1	58	187	548	-	-	859
1990	55	49	-	74	167	582	-	-	918
1995	68	59	3	84	147	490	-	-	851
2000	71	85	2	88	132	782	1	49	901

Fonte: MEC. Organização dos dados (DURHAM, 2003, p.19)

Conforme visto na Tabela 1, é marcante o aumento de faculdades e estabelecimentos isolados de ensino superior no país, especialmente os privados, já que as IES se tornaram um negócio lucrativo, atraindo empresários e seguindo as regras do mercado, orientadas pela imediação da obtenção do diploma universitário.

De forma a mediar tal expansão, são promulgadas na década de 1990 leis voltadas à estruturação da educação, especialmente no caso do ensino superior, como a Lei nº 9.131/1995, que define as atribuições do Ministério da Educação (MEC) e do Conselho Nacional de Educação (CNE) e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/1996), ambas com exigências sobre a qualidade do ensino, sua distribuição e formas de com o cumprimento de atribuições que visassem a qualidade do ensino, tais como as exigências quanto à formação docente, produção científica necessária para o seu credenciamento e associação entre ensino e pesquisa.

Diferentemente das décadas anteriores, os primeiros anos do Século XXI foram marcados por uma nova política de governo, com a ampliação do número de instituições públicas federais e estaduais e a oferta e acesso universitário ampliado por políticas de educação em todo o país. No caso do Rio Grande do Sul, o estado recebeu nesse período, o acréscimo de oitenta e oito IES, a maioria instituições públicas – federais e estaduais –, que contemplaram as diferentes regiões gaúchas em uma única década.



CATEGORIA	MUNICIPIO	NOME IES	SIGLA IES	ANO CRIAÇÃO
PRIVADA	SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ	UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL	UCS	2000
PRIVADA	CANELA	CASTELLI ESCOLA SUPERIOR DE HOTELARIA	CASTELLI	2000
PRIVADA	ALVORADA	FACULDADE SÃO MARCOS	SÃO MARCOS	2001
PRIVADA	HORIZONTINHA	FACULDADE HORIZONTINA	FAHOR	2001
PRIVADA	SANTA MARIA	FACULDADE PALOTINA FAPAS	FAPAS	2001
PRIVADA	CAPÃO DA CANOA	UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL	UNISC	2001
PÚBLICA	SÃO FRANCISCO DE PAULA	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL	UERGS	2002
PÚBLICA	VACARIA	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL	UERGS	2002
PÚBLICA	SANANDUVA	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL	UERGS	2002
PÚBLICA	ENCANTADO	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL	UERGS	2002
PÚBLICA	CRUZ ALTA	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL	UERGS	2002
PÚBLICA	NOVO HAMBURGO	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL	UERGS	2002
PÚBLICA	SANTANA DO LIVRAMENTO	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL	UERGS	2002
PRIVADA	SAPUCAIA DO SUL	FACULDADES EQUIPE	FAE	2002
PRIVADA	SANTA MARIA	UNIVERSIDADE LUTERANA DO BRASIL	ULBRA	2002
PRIVADA	GRAVATAÍ	FACULDADE CENECISTA NOSSA SENHORA DOS ANJOS	CNEC	2002
PRIVADA	MARAU	FACULDADE DA ASSOCIAÇÃO BRASILENSE DE EDUCAÇÃO	FABE	2002
PRIVADA	ERECHIM	FACULDADE ANGLICANA DE ERECHIM	FAE	2002
PRIVADA	PELOTAS	FACULDADE ANHANGUERA DE PELOTAS	ANHANGUERA	2002
PÚBLICA	BENTO GONÇALVES	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL	UERGS	2003
PRIVADA	PORTO ALEGRE	FACULDADE DOM BOSCO	DOM BOSCO	2003
PRIVADA	SARANDI	UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO	UPF	2003
PRIVADA	RIO GRANDE	FACULDADE ANHANGUERA DE RIO GRANDE	ANHANGUERA	2003
PRIVADA	SANTA CRUZ DO SUL	FACULDADE DOM ALBERTO	DOM ALBERTO	2003
PRIVADA	SANTA MARIA	FACULDADE INTEGRADA DE SANTA MARIA	FISMA	2003
PRIVADA	PORTO ALEGRE	FACULDADE DE TECNOLOGIA DE POA	FTEC	2004
PRIVADA	PORTO ALEGRE	FACULDADE MONTEIRO LOBATO	MONTEIRO LOBATO	2004
PRIVADA	GETÚLIO VARGAS	FACULDADE DE GETÚLIO VARGAS INST. DO DESENVOLVIMENTO DO ALTO URUGU	IDEAU	2004
PRIVADA	PORTO ALEGRE	FACULDADE DE TECNOLOGIA	FTEC	2004
PRIVADA	NOVA PETRÓPOLIS	FACULDADE CENECISTA DE NOVA PETRÓPOLIS	FACENP	2004
PRIVADA	CACHOEIRINHA	FACULDADE CESUCA INEDI	CESUCA INEDI	2004
PRIVADA	GARIBALDI	FACULDADE DE INTEGRAÇÃO DO ENS. SUP. DO CONE SUL	FISUL	2004
PRIVADA	SANTA MARIA	FACULDADE DE DIREITO DE SANTA MARIA	FADISMA	2004
PRIVADA	VENÂNCIO AIRES	UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL	UNISC	2004
PRIVADA	PORTO ALEGRE	ESCOLA SUPERIOR DE ADMINISTRAÇÃO DIREITO E ECONOMIA	FADERGS	2005
PRIVADA	PORTO ALEGRE	ESCOLA SUPERIOR DE ADMINISTRAÇÃO DIREITO E ECONOMIA	FADERGS	2005
PRIVADA	PORTO ALEGRE	ESCOLA SUPERIOR DE ADMINISTRAÇÃO DIREITO E ECONOMIA	FADERGS	2005
PRIVADA	PORTO ALEGRE	ESCOLA SUPERIOR DE ADMINISTRAÇÃO DIREITO E ECONOMIA	FADERGS	2005
PRIVADA	PORTO ALEGRE	ESCOLA SUPERIOR DE ADMINISTRAÇÃO DIREITO E ECONOMIA	FADERGS	2005
PRIVADA	PORTO ALEGRE	FACULDADE IDC	IDC	2005
PRIVADA	PASSO FUNDO	FACULDADE MERIDIONAL IMEDI	IMEDI	2005
PRIVADA	GRAVATAÍ	FACULDADE QI	FAQI	2005
PRIVADA	SÃO PAULO DAS MISSÕES	FACULDADE DE TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO DA REGIÃO MISSIONEIRA	FETREMIS	2005
PÚBLICA	SANTA CRUZ DO SUL	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL	UERGS	2006
PÚBLICA	TRÊS PASSOS	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL	UERGS	2006
PRIVADA	PORTO ALEGRE	FACULDADE DE DECISÃO DE NEGÓCIOS FSV	DECISION	2006
PÚBLICA	CHARQUEADAS	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE	IFSUL	2006
PRIVADA	PORTO ALEGRE	FACULDADE DE TECNOLOGIA EM COOPERATIVISMO	ESCOOP	2007
PÚBLICA	SILVEIRA MARTINS	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA	UFSM	2007
PÚBLICA	FREDERICO WESTPHALEN	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA	UFSM	2007
PÚBLICA	PALMEIRAS DAS MISSÕES	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA	UFSM	2007
PRIVADA	ESTRELA	FACULDADE LA SALLE ESTRELA	LA SALLE	2007
PÚBLICA	PASSO FUNDO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE	IFSUL	2007
PRIVADA	RESTINGA SECA	ANTÔNIO MENEQUETTI FACULDADE	AMF	2007
PRIVADA	PORTO ALEGRE	FACULDADE DE TECNOLOGIA SAINT PASTOUS	SERDIL	2008
PRIVADA	PORTO ALEGRE	FACULDADE SOGIPA DE EDUCAÇÃO FÍSICA	SOGIPA	2008
PÚBLICA	PORTO ALEGRE	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RS	IFRS	2008
PÚBLICA	BENTO GONÇALVES	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RS	IFRS	2008
PÚBLICA	FELIZ	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RS	IFRS	2008
PÚBLICA	RIO GRANDE	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RS	IFRS	2008
PÚBLICA	BAGÉ	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA	UNIPAMPA	2008
PÚBLICA	ALEGRETE	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA	UNIPAMPA	2008
PÚBLICA	DOM PEDRITO	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA	UNIPAMPA	2008
PÚBLICA	SÃO GABRIEL	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA	UNIPAMPA	2008
PÚBLICA	SANTANA DO LIVRAMENTO	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA	UNIPAMPA	2008
PÚBLICA	CAÇAPAVA DO SUL	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA	UNIPAMPA	2008
PÚBLICA	ITAIQUI	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA	UNIPAMPA	2008
PÚBLICA	JAGUARÃO	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA	UNIPAMPA	2008
PÚBLICA	SÃO BORJA	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA	UNIPAMPA	2008
PÚBLICA	URUGUAIANA	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA	UNIPAMPA	2008
PÚBLICA	SANTA MARIA	INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA	IFFar	2008
PÚBLICA	ALEGRETE	INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA	IFFar	2008
PÚBLICA	JULIO DE CASTILHOS	INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA	IFFar	2008
PÚBLICA	PANAMBI	INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA	IFFar	2008
PÚBLICA	SANTO AUGUSTO	INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA	IFFar	2008
PRIVADA	PASSO FUNDO	FACULDADE DO PLANALTO INST. DO DESENVOLVIMENTO DE PASSO FUNDO	IDEAU	2008
PRIVADA	PASSO FUNDO	FACULDADE ANHANGUERA DE PASSO FUNDO	ANHANGUERA	2008
PÚBLICA	PELOTAS	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE	IFSUL	2008
PÚBLICA	PELOTAS	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE	IFSUL	2008
PÚBLICA	SERTÃO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA	IFRS	2008
PRIVADA	NOVO HAMBURGO	FACULDADE ANHANGUERA	ANHANGUERA	2008
PRIVADA	TAPEJARA	FACULDADE ANGLICANA DE TAPEJARA	FAT	2009
PRIVADA	CAXIAS DO SUL	UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS	UNISINOS	2009
PÚBLICA	SÃO VICENTE DO SUL	INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA	IFFar	2009
PRIVADA	CAXIAS DO SUL	FACULDADE ANHANGUERA DE CAXIAS DO SUL	ANHANGUERA	2009
PRIVADA	NOVO HAMBURGO	FACULDADE DE TECNOLOGIA	FTEC	2009
PÚBLICA	SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE	FURG	2009

QUADRO 4: IES criadas durante os anos 2000 no Rio Grande do Sul.

Fonte: Os autores, 2018.

Por meio do quadro anterior, percebemos que, mesmo que haja polarização do ensino superior em Porto Alegre e sua região próxima, é notável a amplitude das IES no estado e, para os casos dos municípios que ainda não possuem uma instituição em seu território, o mesmo se beneficia da oferta em um outro município próximo, destacando a importância que tais instituições possuem na formação de pessoal qualificado e na atribuição de meios técnicos no local onde está inserida, de modo a ultrapassar os limites municipais, levando à formação de novos polos de crescimento.



CATEGORIA	MUNICÍPIO	NOME IES	SIGLA IES	ANO CRIAÇÃO
PRIVADA	PORTO ALEGRE	UNISINOS	UNISINOS	2010
PÚBLICA	PORTO ALEGRE	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RS	IFRS	2010
PÚBLICA	SANTA ROSA	INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA	IFFar	2010
PÚBLICA	SÃO BORJA	INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA	IFFar	2010
PRIVADA	PASSO FUNDO	FACULDADE ESPECIALIZADA NA ÁREA DA SAÚDE DO RS	FASURGS	2010
PRIVADA	PORTO ALEGRE	FACULDADE MERIDIONAL IMEDI	IMEDI	2010
PÚBLICA	PELOTAS	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE	IFSUL	2010
PÚBLICA	BAGÉ	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE	IFSUL	2010
PÚBLICA	CAMAQUÃ	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE	IFSUL	2010
PÚBLICA	SANTANA DO LIVRAMENTO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE	IFSUL	2010
PÚBLICA	VENÂNCIO AIRES	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE	IFSUL	2010
PÚBLICA	CANOAS	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA	IFRS	2010
PÚBLICA	CAXIAS DO SUL	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA	IFRS	2010
PÚBLICA	FARROUPILHA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA	IFRS	2010
PÚBLICA	IBIRUBÁ	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA	IFRS	2010
PÚBLICA	OSÓRIO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA	IFRS	2010
PÚBLICA	VACARIA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RS	IFRS	2011
PÚBLICA	CACHOEIRA DO SUL	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA	UFSM	2011
PRIVADA	MONTENEGRO	UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL	UNISC	2011
PRIVADA	PORTO ALEGRE	FACULDADE DE TECNOLOGIA DE POA	FTEC	2012
PÚBLICA	ERECHIM	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RS	IFRS	2012
PRIVADA	CAXIAS DO SUL	FACULDADE DE TECNOLOGIA	FTEC	2012
PRIVADA	CAXIAS DO SUL	FACULDADE MURIALDO	MURIALDO	2012
PRIVADA	CAXIAS DO SUL	FACULDADE MURIALDO	MURIALDO	2012
PRIVADA	BAGÉ	FACULDADE DO PAMPA INST. DO DESENVOLVIMENTO DE BAGÉ	IDEAU	2012
PRIVADA	PORTO ALEGRE	FACULDADE SENAC PORTO ALEGRE	SENAC	2013
PRIVADA	PORTO ALEGRE	FACULDADE SENAC PORTO ALEGRE	SENAC	2013
PÚBLICA	VIAMÃO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RS	IFRS	2013
PÚBLICA	ALVORADA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RS	IFRS	2013
PÚBLICA	SANTO ÂNGELO	INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA	IFFar	2013
PÚBLICA	SAPIRANGA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE	IFSUL	2013
PÚBLICA	OSÓRIO	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	UFRGS	2014
PÚBLICA	PORTO ALEGRE	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL	UERGS	2014
PÚBLICA	SOLEDADE	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL	UERGS	2014
PÚBLICA	FREDERICO WESTPHALEN	INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA	IFFar	2014
PÚBLICA	URUGUAIANA	INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA	IFFar	2014
PÚBLICA	GRAVATAI	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE	IFSUL	2014
PÚBLICA	JAGUARÃO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE	IFSUL	2014
PÚBLICA	LAJEADO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE	IFSUL	2014
PÚBLICA	NOVO HAMBURGO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE	IFSUL	2014
PRIVADA	PORTO ALEGRE	INSTITUTO BRASILEIRO DE GESTÃO DE NEGÓCIOS	FTEC IBGEN	2016
PÚBLICA	ROLANTE	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RS	IFRS	2016
PRIVADA	VIAMÃO	FACULDADE SANTA ISABEL	FACESI	2017
PRIVADA	VIAMÃO	UNIASSELVI IERGS	UNIASSELVI	2017
PRIVADA	SÃO LEOPOLDO	UNIASSELVI IERGS	UNIASSELVI	2017
PRIVADA	SAPUCAIA DO SUL	UNIASSELVI IERGS	UNIASSELVI	2017
PRIVADA	ESTEIO	UNIASSELVI IERGS	UNIASSELVI	2017
PRIVADA	GRAVATAI	UNIASSELVI IERGS	UNIASSELVI	2017
PRIVADA	CANOAS	UNIASSELVI IERGS	UNIASSELVI	2017

QUADRO 5: IES criadas a partir de 2010 no Rio Grande do Sul

Fonte: Os autores, 2018.

Desde 2010 até o presente momento, o estado obteve cinquenta IES em sua estrutura educacional e, novamente, as instituições públicas federais encontram-se em maior número. Porém, deve ser levado em consideração desde a década anterior, o aumento de instituições que oferecem ensino à distância, com polos distribuídos pelo Rio Grande do Sul.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A demanda pelo ensino superior no Brasil é resultado da expansão da base tecnológica que o país vivenciou ao ingressar na economia capitalista industrial. Logo, a necessidade por mão de obra qualificada fez com que políticas de educação voltadas à capacitação desse contingente fossem observadas.

A década de 1970 foi o período em que políticas de educação estiveram focadas no atendimento do processo científico em que o país estava adentrando, de modo a diversificar a economia e a sua participação no mercado internacional. A criação de instituições de ensino superior foi resultado de demandas de diferentes atores. Dentre eles, é notável a participação da classe média na configuração desse modelo de ensino, de modo que o mesmo se expandiu para além dos locais pré-estabelecidos, como as grandes cidades, ganhando espaços interioranos, como por exemplo, em cidades de porte médio.

Dessa interiorização das IES novamente vem à tona os efeitos da desigualdade regional, já que se observa uma seletividade tecnológica entre as regiões e cidades para a implantação dessas instituições, agravando os desequilíbrios sociais e econômicos e aumentando a competitividade, que veem nas IES uma ação estratégica para a diferenciação desses espaços. Para essa seletividade, aborda-se que a expansão de Instituições de Ensino Superior no território nacional ocorreu de maneira desigual e combinada, contribuindo para a criação de uma nova Geografia. Essa geografia estabelecida pela rede do conhecimento técnico-científico e informacional e difundida pelas IES é marcada, ora pela expansão e concentração (difusão espacial), ora por manchas, separadas por vazios, resultando na hierarquização desses lugares.

Assim, o investimento na técnica, na ciência, na informação e na qualificação dos recursos humanos resulta no aumento e aperfeiçoamento da mão de obra; melhorias no salário e na prestação de serviços, contribuindo para a circulação do capital no espaço urbano.

Ao passo que a urbanização e a industrialização foram se tornando importantes mecanismos para o avanço econômico do país, a ação das IES ganhou espaço para atuação, por meio de políticas de expansão da educação criadas durante os últimos governos federais. O século XX foi marcado por transformações em todas as etapas do processo produtivo e em todos os setores da economia. A emergência da pesquisa e da ciência foram fatores contribuintes para tal, de modo que houve relação nesse processo. Prova disso são as constantes mudanças estruturais nos modelos de ensino, de modo a especializar o trabalho visando tais transformações e melhorias na produção.

O *meio técnico-científico-informacional* representa a atual fase do processo de transformação da natureza por meios cada vez mais mecanizados e velozes, conceito esse combinado à Terceira Revolução Industrial. A constituição do meio técnico-científico-informacional contribuiu para a dinamização dos meios de produção a partir da associação entre técnica e ciência, guiada pelas necessidades do mercado capitalista e pela ascensão da Globalização.

Consideramos as Instituições de Ensino Superior (IES), em um primeiro momento, instituições focadas na formação acadêmica, preparação e qualificação profissional. À medida que se inicia um estudo mais avançado e diagnóstico sobre essas instituições, verificou-se que a sua importância ultrapassa os limites da ciência e são vitais para o desenvolvimento e crescimento no espaço urbano.

Com o objetivo de analisar a expansão geográfica das Instituições de Ensino Superior no Rio Grande do Sul, para identificá-las como polos de crescimento externos à Porto Alegre, a localização das IES encontra-se bem distribuída pelo Rio Grande do Sul. Porém, ainda é evidente a sua concentração na capital Porto Alegre e na sua Região Metropolitana. Na sequência, as porções norte, centro-norte e nordeste foram as que mais receberam instituições, atividade essa ligada à industrialização dessas regiões.

Logo, é notável a participação das IES como dinamizadoras socioeconômicas não apenas na escala urbana, mas também na escala regional. Essa importância é percebida,

respectivamente, em ações de influenciadoras no espaço local, acerca de equipamentos urbanos instalados no seu entorno, como forma de atender às demandas da comunidade acadêmica.

Na escala regional, percebeu-se a sua importância como fornecedora de qualificação profissional para os municípios que não detêm em seu território instituições desse perfil, o que demonstra certa dependência em relação àqueles que a possuem, além de geradora de empregos formais e informais. Aqui, sugeriu-se tal importância vinculada aos municípios externos ao eixo polarizado por Porto Alegre, de modo que os investimentos na expansão e ao acesso no interior do estado ganharam notabilidade, especialmente nas duas primeiras décadas do século XXI.

Tal expansão de Instituições de Ensino Superior também é reflexo de incentivos – públicos ou privados – na sua execução. A expansão da federalização foi importante para o acesso ao ensino superior e também à sua interiorização. Assim, a ampla participação da iniciativa privada teve ascensão vinculada à entrada do país na industrialização. Em virtude disso, notou-se a ampla criação de faculdades isoladas e centros universitários privados para a formação de mão de obra que atendesse esse mercado de trabalho.

Como polos de crescimento no estado, o aumento de IES privadas ampliou a participação de municípios na oferta de educação superior, sem a necessidade de migração para municípios distantes. Vale destacar aqui a participação ativa da Educação à Distância, com a formação de polos presenciais em diversos municípios, principalmente no interior do Rio Grande do Sul (realidade essa que também é observada em outras unidades da federação).

Essa participação privada na educação, principalmente no ensino superior, é resultado do incentivo dos governos brasileiros a partir dos anos 1980 e com mais visibilidade na década seguinte, com a inserção do país no Neoliberalismo. Por meio disso, a subordinação brasileira à economia global, mediada por organismos multilaterais, como o Banco Mundial, por exemplo, acabou por difundir uma concepção mercantilista no que tange à instituição acadêmica privada (por meio da abertura de novos campi ou polos em diversos municípios), resultando na ampla participação dessas na tomada de decisões no espaço urbano e regional, potencializando o seu papel como polo de crescimento, devido ao seu potencial na: formação *técnica, organizacional, cultural e sócio-políticas*.

## REFERÊNCIAS

- AMORIN, Cassiano Caon. Território usado e Instituições de Ensino Superior no Brasil – a expansão dos sistemas técnicos. *Scripta Nova REVISTA ELECTRÓNICA DE GEOGRAFÍA Y CIENCIAS SOCIALES*. Universidad de Barcelona. 21.741-98 Vol. XVI, núm. 418 (35), 2012.
- BERNARTT, Maria de Lourdes. Desenvolvimento e educação no Brasil. Recomendações da CEPAL e de organismos internacionais. In.: Virgínia Elisabeta Etges; Sílvio Cezar Arend

- (Org.) *Leitura sobre o desenvolvimento Latino-Americano*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC. 2012.
- CUNHA, Luiz Antônio Constant Rodrigues da. *A Universidade Temporã - O Ensino Superior da Colônia à Era Vargas*. São Paulo: UNESP, 2007a.
- CUNHA, Luiz Antônio Constant Rodrigues da. *A universidade crítica: o ensino superior na república populista*. São Paulo: UNESP, 2007b.
- DAMBORIARENA, Luiza. *Estudos sobre Universidade e desenvolvimento: uma crítica ao senso comum*. Dissertação de Mestrado: UFRGS/Programa de Pós-Graduação em Administração. 2015.
- DILORENZO, Patrizia di; STEFANI, Emanuela. *Università e città. Il ruolo dell'università nello sviluppo dell'economia culturale delle città*. In.: *Conferenza dei Rettori delle Università Italiane*, 2015.
- DURHAM, Eunice. *O ensino superior no Brasil: público e privado*. São Paulo: Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior da USP, 2003 (Documento de Trabalho).
- FREIRE, Heronilson P. *O uso do território de Sobral-Ceará pelas Instituições de Ensino Superior*. Dissertação de Mestrado: UECE/PROPGEO. 2011.
- FRIEDMANN, John. *A estratégia dos polos de crescimento como instrumento da política de desenvolvimento*. In.: François Peroux, John Friedmann e Jan Tinbergen (Org.) *A planificação e os polos de desenvolvimento*. Porto: Edições RÉ limitada, 1975.
- LIMA, J. Ferrera de. *Notes sur les Pôles de Croissance et les Strategies Territoriales au Québec*. *Canadian Journal of Regional Science*, Canada, v. 28, n.1, p. 161-171, 2005a.
- LIMA Antônio, et al. *O Impacto Ambiental Decorrente do Crescimento Urbano e Demográfico na Região das Nascentes do Córrego Segredo Após a Implantação de Uma Universidade - Campo Grande/MS*. *Revista Gestão Universitária*. ISSN: 1984-3097, 2014b.
- MAIA, Joseli Andrades. *A influência do Campus do Vale da UFRGS na urbanização do seu entorno a partir da perspectiva dos moradores do bairro Santa Isabel, Viamão/RS*. Dissertação de Mestrado: UFRGS. PROPUR, 2015.
- MENDONÇA, Ana Waleska P.C. *A universidade no Brasil*. *Revista Brasileira de Educação*. Nº 14, 2000.
- MORAES, Eloísa Araújo Santos de. *O impacto da Instituição de Ensino Superior no desenvolvimento local e regional: Estudo de caso da Universidade Federal de Pelotas (RS)*. Tese de doutorado: Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, UFRGS. 2014.

MORCHE, Bruno. *A expansão do sistema de educação superior no Brasil, na China e na Índia: uma análise comparada*. Dissertação de Mestrado: UFRGS/Programa de Pós-Graduação em Sociologia. 2013.

PERROUX, François. *A Economia do século XX*. Porto: Herder, 1967.

RORATO, Geisa Zanini. *Expansão do Ensino Superior Federal, atores territoriais e emergência de novas escalas de poder e gestão: A Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)*. Tese de doutorado: Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, UFRGS. 2016.

SÁ, Bruno Vivas de.; COELHO, Maria Thereza Ávila Dantas. *A influência da Igreja Católica na educação brasileira: da Companhia de Jesus ao Ensino Superior*. Disponível em: <http://www.repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/9252>, 2013.

SANTOS, Adilson P. dos; CERQUEIRA, Eustáquio A. de. Ensino superior: trajetória histórica e políticas recentes. In: *IX Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul*, 2009, Florianópolis. Anais... UFSC, 2003.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2010.

SAVIANI, Dermeval. *Escola e Democracia*. Campinas: Autores Associados. 2002.

SCHLEE, Andrey Rosenthal. Reproduzindo modelos. O plano piloto do campus da Universidade Federal de Santa Maria, RS. In: *5º seminário Docomomo Brasil*, 2003, São Carlos. Anais... São Carlos, 2003.